

Respostas em áudio enviadas à reportagem pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) em 12 de maio de 2023

Os documentos aos quais tivemos acesso mostram que a senhora articulou o apoio ao projeto o Ulu, enquanto o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não atendeu recomendações de organizações como ONU, CIDH e MPF sobre a crise Yanomami, de acordo com o relatório lançado pelo MDH. Gostaríamos de saber quais foram os critérios considerados para apoiar o projeto ulu em detrimento de outras iniciativas?

Não houve nenhuma omissão do ministério com relação a qualquer denúncia sobre a questão Yanomami. Inclusive, hoje, na audiência pública da secretaria da comissão de segurança pública no senado, o próprio ministro Flávio Dino falou que o nosso ministério encaminhou para o Ministério da Justiça pedindo providências com relação à questão Yanomami. Esse é o papel do Ministério de Direitos Humanos: receber e encaminhar para o órgão competente para tomar as providências. Não houve omissão do MMFDH com relação ao que chegou no ministério sobre os Yanomami.

Com relação a apoiar o projeto o Ulu, em detrimento de outras iniciativas, a jornalista quer dizer que apoiamos só uma iniciativa que protege vidas de crianças e não outras? Todas as iniciativas que protegem a vida de crianças, que foram apresentadas ao ministério, todas as crianças, de todos os povos, criança cigana, criança quilombola, criança indígena, criança ribeirinha, todas as iniciativas que salvavam vidas de crianças, no que estava dentro da atribuição do MMFDH, foram apoiadas.

O projeto Ulu, que eu nem me lembrava o nome, é um projeto que visava o atendimento a crianças indígenas com deficiência. Como não aprovar um projeto desse? Como não apoiar? Parabéns à FUNAI na época que estava se dedicando a esse tema. Nós sabemos que não é fácil a vida de uma criança com deficiência na aldeia. E entre os Yanomamis nós conhecemos uma instituição que cuida especificamente de crianças e Yanomami com deficiência.

A Funai, e Sesai precisam dar uma atenção maior às crianças que têm deficiências, que nascem com deficiências ou que tenham deficiência física adquirida. Então, apoiar uma iniciativa dessa não quer dizer que está deixando as outras para trás. É uma iniciativa louvável e eu espero que a Funai e o ministério atual dos povos indígenas trabalhem na

proteção não só da criança com deficiência. Qualquer indígena que tem deficiência física ou mental precisa ser melhor atendido.

Qual a relação da senadora Damares com Mimica Sanumá?

A relação com Mimica e com Mateus Sanumá é que conheci o trabalho deles, eu sei que eles trabalham especificamente cuidando de crianças em situação de vulnerabilidade. Crianças órfãs, crianças de Yanomami órfãos, crianças de Yanomami com deficiência, com doenças crônicas ou com doenças raras. Conheci o trabalho do Mimica Sanumá há muitos anos atrás, há uns dez, quinze anos atrás, e sou apoiadora. E o que eu puder fazer para apoiar Mimica, Mateus, todos que trabalham com crianças Yanomami em situação de vulnerabilidade.

Qual a fonte do dado que baseia a afirmação da senadora de que mais de 1.500 crianças são assassinadas por ano nas aldeias do Brasil?

Observe que eu falo de uma estimativa. Quando começamos a falar sobre o sacrifício de crianças por motivações culturais, lá nos anos 2000, 2001, quando comecei a falar dentro do Congresso Nacional, pessoas que trabalhavam com o tema trouxeram para nós que é impossível a gente dizer com precisão quantas crianças são vítimas do sacrifício.

Imagine uma mulher que tem uma criança no meio da floresta, que não fez a declaração de nascido vivo. Se não sabemos que nasceu, como é que sabemos se está vivo, se foi sacrificado, se está morto, se está bem, se está feliz. São estimativas.

E era com base em números que eram chegados para nós durante o debate, durante a construção do projeto de lei da Lei Muwaji, que hoje está no Senado – o PLC 119/2015.

Por que a senhora pediu o desarquivamento do PLC 119/2015?

Não estou tentando, já foi desarquivado, e o debate volta a acontecer nessa casa. A proposta traz a obrigatoriedade do Estado de proteger mulheres indígenas em situação de vulnerabilidade, idosos indígenas em situação de vulnerabilidade, e crianças.

Nós precisamos reconhecer que existem práticas culturais nocivas. A convenção 169 da OIT [Organização Internacional do Trabalho] já fala sobre práticas culturais nocivas no mundo inteiro. Nós temos práticas culturais nocivas.

Por exemplo, a mutilação genital que acontece na África. É uma prática cultural nociva e que o Brasil inclusive se empenha pela erradicação dessa prática. No Brasil nós temos em algumas aldeias inclusive estupro como prática cultural nociva, e nós temos que enfrentar a violência contra a mulher em nome de prática cultural. A violência contra a criança em nome de prática cultural. Nós temos que reconhecer, e os povos reconhecem, que eles estão avançando nesse tema. Abandonando práticas culturais nocivas que colocam em risco a vida da mulher, a vida da criança, a vida da pessoa com deficiência e a vida do idoso.

O debate volta a acontecer na no Senado Federal com maturidade. A proposta foi construída em 2007 e foi fruto de debate de 2000 a 2007. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara discutiu exaustivamente o tema. Passou na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, passou na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, passou no plenário da Câmara, já foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos do Senado, e agora o debate segue na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Esse tema já foi amplamente debatido e aprovado na Câmara em uma comissão do Senado. Nós vamos continuar nossa luta pela defesa da vida do indígena em situação de vulnerabilidade.

Por que a senadora quer participar da comissão temporária do Senado para acompanhar a situação dos Yanomami?

Porque se a comissão está disposta a encontrar respostas, quero encontrar respostas junto com a comissão. A situação do povo Yanomami precisa imediatamente ter respostas. A questão dos garimpeiros em área mais de setenta anos.

O governo Bolsonaro fez inúmeras operações na área para conter o avanço dos garimpeiros em área. Só nas operações abatidas foram apreendidas mais de cem aeronaves. Inúmeras ações em área.

Então vamos encontrar juntos uma resposta para essa situação que já se prolonga há décadas. Vamos encontrar juntos uma resposta para a desnutrição em áreas, vamos entender a dinâmica cultural daquele povo, vamos entender como é que a gente pode de fato resolver a questão da desnutrição de crianças indígenas. Quero participar da comissão porque agora, como legisladora, quero também ajudar a encontrar as respostas.

Durante o tempo em que foi ministra do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, a senhora tomou várias medidas em relação ao "infanticídio indígena". Nesse período a pasta conduziu por um ano e meio um Grupo de Trabalho (GT) sobre Crianças e Jovens Indígenas em situação de vulnerabilidade composto apenas por membros do ministério, que culminou com o lançamento de um Plano de Ação de Defesa das Garantias de Direitos das Crianças e Jovens Indígenas. Uma das metas desse plano é a modernização da legislação que trata dos povos indígenas com vistas a fortalecer a política indigenista destinada a crianças e adolescentes. Segundo atas de reuniões do GT a que tivemos acesso, essa modernização significa aprovação do PL 119/2007. Pesquisadores e entidades indígenas refutam a ideia de que o infanticídio seja uma prática recorrente. Quais as justificativas para mobilização de tantas ações ministeriais em torno do tema? Organizações indigenistas e indígenas também apontam que a pauta do "infanticídio indígena" reforça o racismo contra esses povos. O que a senhora tem a dizer sobre isso?

Primeiro, reforça o amor por estes povos. Reforça o amor pelas crianças indígenas com deficiência. Consegue entender como é a situação de uma criança indígena com Síndrome de Down numa aldeia?

Como é a situação de uma criança indígena com autismo numa aldeia? Como é a situação de uma criança com doença rara numa aldeia? Essas crianças são as vulneráveis das vulneráveis. Elas precisam de atenção imediata da área da saúde, da área da proteção, da área da educação.

Dizer que o infanticídio não existe é querer ignorar a realidade. Nós temos registros e registro na polícia, registro na Funai, registro na Sesai, registro de antropólogos, [registros] antropológicos que apontam que o infanticídio ainda existe e por motivações diferentes. Crianças com deficiência, temos casos de crianças com doenças raras, filhos de mãe solteira. Os povos estão avançando nessa área, mas ainda existe a ocorrência do infanticídio em áreas indígenas.

Bem, o grupo de trabalho, cabia ao ministério construir um Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Criança. Plano que foi apresentado por meio de decreto. Dentro da construção desse plano, fez-se um recorte para proteger crianças de povos tradicionais. Não era só criança indígena, crianças de povos tradicionais. O ministério se

debruçou em inúmeras reuniões, em debates com a Funai, com a Sesai, com o Ministério Público, com conselheiros tutelares, com lideranças indígenas, o ministério construiu, ouvindo todo mundo, um plano de enfrentamento à violência contra a criança indígena. Inclusive a pedofilia, o abuso, o estupro, a violência sexual. Foi um trabalho extraordinário que o ministério fez em inúmeras reuniões com todo o cuidado e cautela. Não era só infanticídio.

Quero lembrar que nesse período nós tivemos ocorrência de estupro de crianças na área Guarani Kaioiwá. E o ministério foi para lá. O ministério reuniu o Legislativo, reuniu o Judiciário, reuniu muitas autoridades para ir para a área dos Guarani Kaiowá para fazer o enfrentamento ao estupro de criança e à violência contra a criança indígena. E se a repórter realmente tem acesso às atas, vai ver que uma das violências apontadas o tempo todo durante o grupo, as reuniões do grupo de trabalho, é a desnutrição como violência contra a criança indígena.

Então o ministério, o grupo de trabalho foi formado pelo ministério, que cabia ao ministério construir o plano nacional de enfrentamento à violência contra a criança. E o ministério cumpriu sua obrigação construindo este plano com o recorte da criança indígena.